



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIACHUELO\SE

PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO PARA PROVA DE CONHECIMENTOS

1. Confira se, além deste CADERNO DE QUESTÕES, você recebeu a FOLHA DE RESPOSTAS, destinado a marcação das respostas das questões objetivas.
2. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 40(quarenta) questões objetivas, sobre conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Caso exista alguma falha de impressão comunique imediatamente ao fiscal de sala.
3. Esta prova terá duração de 4(quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).
4. Cada questão objetiva apresenta 04(quatro) opções de resposta, identificadas com as letras A,B,C e D. Apenas uma responde adequadamente a questão, considerando a numeração de 01 a 40.
5. Confira se seu nome e o número da inscrição constam na parte superior da Folha de Respostas que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal da sala, a fim de que o fiscal registre na Ata da Sala a devida correção.
6. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e a FOLHA DE RESPOSTAS do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A marcação da FOLHA DE RESPOSTAS deverá ser feita com caneta esferográfica de tinta preta, feita de material transparente.
8. A maneira correta de marcar na FOLHA DE RESPOSTAS é cobrir totalmente o espaço correspondente á letra a ser assinalada, conforme exemplo constante na FOLHA DE RESPOSTAS.
9. Em hipótese alguma haverá substituição da FOLHA DE RESPOSTAS por erro do candidato(a). A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. A FOLHA DE RESPOSTAS é o único documento válido para processamento de suas respostas.
11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo 02 (duas) horas após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do candidato(a).
12. Se o candidato terminar a prova antes de 03 (três) horas de duração, o mesmo deverá devolver o CADERNO DE QUESTÕES e independente do tempo de duração o candidato deverá devolver a FOLHA DE RESPOSTAS.
13. Será automaticamente eliminado o(a) candidato(a) que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital do referido processo de escolha para Conselheiro Tutelar.

Boa Prova



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIACHUELO/SE

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o Artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária. O **Artigo 2º**, descreve que adolescente, é aquela pessoa:

- A. entre doze e vinte e um anos de idade.
- B. entre dez a dezoito anos de idade.
- C. entre cinco a dezoito anos de idade.
- D. entre doze e dezoito anos de idade.

2. De acordo com o **Artigo 4º** do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é dever:

- A. exclusivo da família.
- B. apenas da comunidade.
- C. somente do poder público.
- D. da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

3. Conforme o **Artigo 5º**, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Em caso de violência sexual infanto-juvenil, devem-se tomar as seguintes providências:

- I. Quando houver flagrante, a Polícia Militar deve ser acionada imediatamente.
- II. O Conselho Tutelar deverá ser notificado sobre o fato para que analise a sua procedência e leve a situação ao conhecimento do Ministério Público.
- III. Em municípios onde inexistente o Conselho Tutelar, o fato deve ser comunicado primeiramente ao prefeito.
- IV. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser comunicado imediatamente sobre o fato para que realize a investigação.

Assinale a alternativa correta.

- A. Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B. Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- C. Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D. Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

4. De acordo com a Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, a saber, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu **Artigo 8º**, é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito:



- A. do Sistema Único de Saúde
- B. Partido Político
- C. da Associação Nacional dos Hospitais Privados
- D. Nenhuma das alternativas acima

5. O **Artigo 13º** da Lei Federal 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aponta que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- A. à Delegacia de Polícia da respectiva Comarca, sem prejuízo de outras providências legais.
- B. ao Conselho de Segurança Pública da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- C. ao Juiz da respectiva Comarca, sem prejuízo de outras providências legais.
- D. ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

6. Assinale a alternativa **incorreta**.

O **Artigo 16º** do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), preconiza que “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos_____:

- A. trabalhar em meio período ou período integral;
- B. ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- C. participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- D. brincar, praticar esportes e divertir-se;

7. O **Artigo 17º** da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente. O direito ao RESPEITO abrange a preservação da:

- A. imagem, identidade, autonomia, valores, ideias, crenças e recursos materiais.
- B. imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços e objetos pessoais.
- C. identidade, recursos materiais, autonomia, valores, espaços e objetos pessoais.
- D. identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços, objetos pessoais e moradia.

8. De acordo com a **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente**, em seu **Artigo 18º**, a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ou ameace gravemente, ou ridicularize, é considerado:

- A. Apadrinhamento
- B. Tratamento cruel ou degradante
- C. Ação civil pública
- D. Tratamento de transtorno de conduta

9. De acordo com o **Artigo 18º-B** do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos a medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

Sobre elas, analise os itens abaixo:



- I. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III. Encaminhamento a cursos ou programas de educação a jovens e adultos em outro estado;
- IV. Obrigação de entrega de 30 (trinta) cestas básicas por mês;

Está (ão) CORRETO(S)

- A. todos os itens.
- B. I e II, apenas.
- C. II e III, apenas.
- D. II e IV, apenas.

10. Conforme consta no **Artigo 19º**, da Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é assegurado, à criança e ao adolescente, a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral, tendo direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente _____.

- A) em família substituta
- B) na associação de moradores
- C) em prédios abandonados
- D) na sede do Conselho Tutelar

11. Com fulcro na Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990, a saber Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu **Artigo 23º**, julgue os itens a seguir, indicando qual alternativa está **CORRETA**:

Anderson e Juliana têm planos definidos para separação judicial. Mas, como têm uma filha de dois (02) anos, ainda não estabeleceram um acordo sobre a guarda da criança. Indiscutivelmente, Juliana tem um poder aquisitivo superior ao de Anderson. Ao estabelecer um acordo sobre o poder familiar baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, é **correto** afirmar que:

- A. como Juliana tem uma situação financeira melhor que Anderson, a filha deverá ficar integralmente com a mãe.
- B. um dos motivos para a perda do poder familiar é a situação financeira menor de um dos pais.
- C. o poder familiar poderá ser exercido pelo pai ou pela mãe, decisão, desde que tenha valores religiosos tradicionais e nunca tenham sido presos.
- D. a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

12. De acordo o **Artigo 25º** da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes corresponde, ao conceito de família.

- A. Religiosa
- B. De consideração
- C. Natural
- D. Vertical

13. O **Artigo 26º** do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, define que os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais:



- A. Separadamente, apenas por termo de nascimento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- B. Separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, preferencialmente pela parte paterna.
- C. Conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- D. Conjuntamente ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante certidão de nascimento comprobatória, por qualquer indivíduo devidamente nomeado para este fim.

14. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o **Artigo 27º** do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- A. O reconhecimento da filiação só pode ser feito por meio amigável;
- B. O reconhecimento da filiação pode, a qualquer tempo ser revogável;
- C. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça;
- D. O direito ao reconhecimento da filiação prescreve em 20 anos.

15. De acordo com o que dispõe o **Artigo 28º** Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 com relação à Família Substituta, complete as lacunas a seguir “A colocação em família substituta far-se-á mediante _____, _____ ou _____ independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

- A. Guarda, Tutela, Adoção;
- B. Institucionalização, Guarda, tutela;
- C. Família, tutela, adoção;
- D. Institucionalização, família, Tutela.

16. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu **Artigo 31º**, esclarece que a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de:

- A. guarda
- B. guarda provisória
- C. adoção
- D. tutela provisória

17. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, conforme o seu **Artigo 39º**, julgue o item **correto**:

- A. A adoção de criança pode ser revogada por Conselheiro Tutelar.
- B. A adoção é medida irrevogável.
- C. O pai poderá desistir da adoção.
- D. A mãe poderá desistir da adoção.

18. O **Artigo 56º** da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regula que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar algumas situações, marque a situação que **NÃO** necessita ser comunicada.



- A. Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- B. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- C. Elevados níveis de repetência
- D. Não participação de criança/adolescente em festejos regionais.

19. Referente ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, previsto no Estatuto da Criança Adolescente, analise as afirmativas abaixo.

- I. Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
 - II. Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho;
 - III. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é permitido o trabalho noturno até as vinte e três horas.
- É **CORRETO** o que se afirma em:

- A. III, apenas
- B. I, II e III
- C. II e III, apenas
- D. I e II, apenas

20. Pedro, adolescente com 14 (quatorze) anos, movido pelo desejo de ajudar seus genitores no sustento do núcleo familiar em situação de vulnerabilidade social, pretende iniciar atividade laborativa como ensacador de compras na pequena mercearia Tudo Tem, que funciona 24h, localizada em sua comunidade. Recentemente, esta foi pacificada pelas Forças de Segurança Nacional. Considerando os **Artigos 60º a 69º** do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, assinale a alternativa **correta**.

- A. Pedro poderá ser contratado como ensacador de compras, mesmo não sendo tal atividade de aprendizagem, pois, como já possui 14 (quatorze) anos, tem discernimento suficiente para firmar o contrato de trabalho e, assim, prestar auxílio material aos seus pais, adotando a louvável atitude de preferir o trabalho às ruas.
- B. Pedro não poderá trabalhar na mercearia como ensacador de compras, pois tal atividade não é enquadrada como de formação técnico-profissional; portanto, não se pode afirmar que o menor exercerá atividade laborativa na condição de aprendiz.
- C. Como a comunidade onde reside Pedro foi pacificada pelas forças de paz, não há porque falar em local perigoso ou insalubre para o menor; assim, poderá o adolescente exercer a carga horária laborativa no período das 22h às 24h, sem qualquer restrição legal, desde que procure outra atividade laborativa que seja de formação técnico-profissional.
- D. Na condição de aprendiz, não é necessário que o adolescente goze de horário especial compatível com a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

21. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu **Artigo 65º** preconiza que são assegurados ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos:

- A. apenas os direitos trabalhistas
- B. os direitos trabalhistas e previdenciários
- C. apenas os direitos previdenciários
- D. sem direitos trabalhistas e previdenciários



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

22. Segundo o **Artigo 83º**, da Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA): “Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis _____”.

- A. sem expressa autorização judicial
- B. porém, nos casos em que qualquer adulto a acompanhe, a mesma poderá viajar livremente
- C. mas caso esteja com seus primos, também com idade de 16 anos, poderá viajar
- D. todas as alternativas estão corretas

23. A Lei Federal n.º 8.069/90 institui direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes de todo o Brasil. O **Artigo 93º** estabelece que: “As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até _____ ao _____, sob pena de responsabilidade”. Indique a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- A. 2 (dois) dias uteis, Juiz da Infância e da Juventude
- B. 24 (vinte e quatro) horas, Secretaria de Esporte
- C. 24 (vinte e quatro) horas, Juiz da Infância e da Juventude
- D. 48 (quarenta e oito) horas, ao agente de endemias

24. Conforme o **Artigo 98º** da Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I. por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II. por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III. em razão de sua conduta;

- A. Somente a I e II estão corretas
- B. Somente a III está correta
- C. Nenhuma alternativa está correta.
- D. Todas as alternativas estão corretas

25. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu **Artigo 111º**:

- I. Defesa técnica por advogado.
- II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- A. I e II
- B. II e III
- C. I e III
- D. I, II e III



26. Dentre as Medidas Socioeducativas previstas no **Artigo 112º**, Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990, a saber Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual das alternativas abaixo não constitui uma medida socioeducativa:

- A. Advertência;
- B. Liberdade Assistida;
- C. Obrigação de reparar o dano;
- D. Atenção e carinho

27. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu **Artigo 129º**, regulamenta As Medidas Pertinentes aplicáveis aos pais ou responsável, **EXCETO**:

- A. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- B. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- C. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- D. exclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;

28. Conforme leitura do **Artigo 130º** do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar:

- A) que a mãe da criança perderá definitivamente o direito de votar
- B) que a criança abandone os estudos
- C) o afastamento do agressor da moradia comum
- D) o encaminhamento da criança para adoção imediata em família que resida fora do Brasil

29. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu **Artigo 131º** em cada município haverá no mínimo um Conselho Tutelar, órgão permanente e ...

- A. não autônomo, subordinado ao Poder Judiciário, composto de cinco membros escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- B. autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração local, composto de cinco membros, escolhidos pelo prefeito, com aprovação da Câmara de Vereadores, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- C. não autônomo, subordinado ao Poder Judiciário, composto de cinco membros escolhidos por juiz de Infância e da Juventude, por tempo indeterminado e sem renumeração.
- D. autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

30. Considerando os **Artigos 133º e 134º da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990** o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Marque a opção CORRETA:

- A. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, o candidato poderá residir em município alheio.
- B. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- C. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá unificadamente em todo território nacional no dia 1 (primeiro) de março do ano subseqüente ao processo de escolha.
- D. Poderão servir no mesmo Conselho marido e mulher e ascendentes e descendentes.

31. De acordo com a **Artigo 137º do ECA**, as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revisadas por:

- I – Autoridade policial
- II – Autoridade judiciária
- III – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

- A. Apenas I
- B. Apenas II
- C. Apenas III
- D. I e II

32. Avalie se, de acordo com o **Artigo 136º** Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990), as atribuições do Conselheiro Tutelar incluem:

- I- Atender e aconselhar os pais ou responsável;
- II- Atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica;
- III - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- IV - Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

- A) apenas a afirmativa I e II está correta
- B) apenas a afirmativa III e IV está correta
- C) todas as afirmativas estão
- D) todas as sentenças estão incorretas

33. Conforme o **Artigo 133º**, qual dos requisitos listados abaixo **NÃO** é exigido para a candidatura a membro do conselho tutelar:

- A) reconhecida idoneidade moral;
- B) ter carteira de habilitação;
- C) residir no município;
- D) idade superior a 21 anos;

34. Com relação às disposições do **Artigo 140º** do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que explicita sobre os impedimentos do conselheiro tutelar responda a alternativa **correta**:



- A. Podem servir em Conselhos diferentes marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- B. Não são impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- C. Podem servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- D. Nenhuma das respostas anteriores.

35. Baseado no **Artigo 149º**, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), compete a autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável em:

- A) Zoológicos;
- B) Bailes ou promoções dançantes
- C) Cultos religiosos
- D) Sala de aula

36. Com fulcro no **Artigo 159º**, se o requerido não tiver possibilidade de constituir advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família,

- A) poderá requerer, em cartório, que lhe seja nomeado dativo
- B) ficará sem defesa
- C) terá que realizar empréstimo para custear advogado
- D) o caso será arquivado por falta de advogado, e a criança não terá os seus direitos garantidos

37. De acordo com o **Artigo 165º Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- I. Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.
- II. Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo
- III. Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos
- IV. Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão
- V. Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente

Podemos afirmar que as sentenças corretas são:

- A. I, II, III
- B. I, II, III, IV
- C. II, III, V
- D. I, II, III, IV, V

38. Baseado no **Artigo 167º**, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990), Parágrafo único. “Deferida a concessão da guarda provisória ou do estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante _____”.



- A) pagamento de multa
- B) pagamento de fiança**
- C) termo de responsabilidade
- D) nenhuma das alternativas acima

39. No Estatuto da Criança e do Adolescente, Seção V, Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente, em seu **Artigo 171º**, é relatado que o adolescente apreendido por força de ordem judicial será encaminhado:

- A) a Associação de Moradores
- B) ao Conselho Escolar**
- C) à autoridade Judiciária;
- D) a comunidade religiosa

40. Segundo o **Artigo 262º** é formalizado que “enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas _____.”

- A. pela autoridade judiciária.
- B. pela Comissão de Infância e Juventude.**
- C. pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
- D. por equipe interdisciplinar.



Riachuelo

PREFEITURA MUN. DE RIACHUELO
PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº: 72, Bairro CENTRO
(79)3269-2038 CEP: 49.130-000 RIACHUELO/SE
13128897000185

PROTOCOLO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PELO PRESENTE DOCUMENTO O USUÁRIO VEM A CONFIRMAR A INCLUSÃO DE UM NOVO DOCUMENTO E SE COMPROMETE COM AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS E A SEREM PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DESTE ORGÃO NA DATA DE PUBLICAÇÃO ABAIXO:

COD. PUBLICAÇÃO	ENTIDADE
5149	
GRUPO	SUB-GRUPO
atos institucionais	OUTROS
DOCUMENTO	DATA DA PUBLICAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO DO CT	19/06/2023
RESUMO	
PUBLICAÇÃO DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO DO CONSELHO TUTELAR	

DATA	PUBLICADO POR
19/06/2023	Taynah Lima Fontes